



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA,  
ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO  
AO PROJETO DE LEI Nº 4.302, DE 2016**

Apensados: PL nº 10.312/2018, PL nº 10.809/2018 e PL nº 309/2021

Proíbe o reconhecimento da "União Poliafetiva"  
formada por dois de um convivente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996, passa a  
vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

*“Art. 1º.....  
Parágrafo único. É vedado o reconhecimento da união estável  
conhecida como “união poliafetiva” formada por mais de dois  
conviventes. (NR)”*

Art. 2º A Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar  
acrescida do seguinte art. 11-A:

*“Art. 11-A. Os tabeliães de notas não lavrarão em escritura pública  
uniões afetivas entre mais de duas pessoas, denominadas de  
uniões poliafetivas”.*

Art. 3º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar  
acrescida do seguinte art. 1.723-A:

*“Art. 1.723-A. A preexistência de casamento ou de união estável  
de um dos conviventes, ressalvada a exceção do § 1º do art. 1.723,  
impede a caracterização e o reconhecimento de novo vínculo referente  
ao mesmo período de tempo.*

*Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não inviabiliza,  
quando comprovada a existência de uma sociedade de fato e desde que  
demonstrada a contribuição para a aquisição do patrimônio, ou parte  
dele, o cabimento da partilha proporcional à participação de cada  
convivente.*

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de     de 2023

Deputado **FERNANDO RODOLFO**  
Presidente

